

## PLANOS FAMILIARES DE EMERGÊNCIA: INICIATIVAS EM CURSO EM SANTA CATARINA

DOI: 10.19177/rgsa.v7e02018379-401

Pâmela do Vale Silva<sup>1</sup>

Raquel Gouvêa Lucio Bittencourt<sup>2</sup>

Gustavo Francischinelli Rittl<sup>3</sup>

Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas<sup>4</sup>



2º Seminário  
Internacional de  
**PROTEÇÃO E  
DEFESA CIVIL**

### RESUMO

Este artigo aborda o desenvolvimento, aplicação, análise e compreensões sobre os Planos Familiares de Emergência – PLAFE, desenvolvidos no âmbito do projeto Instrumentos Municipais de Redução de Riscos e Desastres – IMUN – RRD e disseminado durante as capacitações realizadas nas Coordenadorias Regionais de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina - COREDEC'S de Maravilha, Chapecó, Concórdia e Joaçaba. Após uma breve discussão, sob políticas e instrumentos em RRD, relacionada a aspectos teóricos, conceituais e normativos, analisamos os PLAFE a partir da fala dos participantes, quanto às seguintes dimensões: viabilidade, importância, dificuldades e otimizações. Na discussão, são apresentados quadros síntese elaborados a partir da análise e reflexão sobre os desafios associados ao processo de efetivação de políticas em RRD.

**Palavras-chave:** Planos Familiares de Emergência. Políticas Municipais em Redução de Riscos e Desastres. Autoproteção.

<sup>1</sup>Geógrafa, Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Bolsista FAPESC/ Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres (LABRED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

<sup>2</sup>Geógrafa, Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental PPGPLAN/UDESC, Bolsista FAPESC/ Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres (LABRED) e Laboratório de Geoprocessamento (Geo Lab), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

<sup>3</sup>Cientista Social, especializado em Gestão da Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN/UDESC, bolsista FAPESC/ Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres (LABRED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

<sup>4</sup>Biólogo, Doutor em Educação, Pesquisador Sênior em RRD, Consultor. Diretor de Assuntos Internacionais da Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnologia e Inovação em Redução de Riscos e Desastres. Bolsista FAPESC.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Lei nº 12.608 de 2012, que estabeleceu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, assistiu-se a várias iniciativas de implementação, a nível federal, estadual e municipal, de políticas, projetos e ações no domínio da redução de risco e desastres.

Nesse domínio, Santa Catarina se vem constituindo como um estado de referência. O destaque catarinense, seguiu-se à criação da Secretária Estadual de Defesa Civil (SEDC), em 2011, e posterior planejamento do Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta (SEMA), em 2012<sup>1</sup>. Infelizmente, essa nova dinâmica da Proteção e defesa Civil catarinense, como em muitos casos acontece, se deu impulsionada por uma tragédia – o grande desastre no Vale do Itajaíde 2008 – e pelas dificuldades experimentadas na resposta e recuperação ao desastre e os desafios que, a partir daí, se desenharam.

O SEMA inclui a criação de um Sistema Integrado de Defesa Civil (SISDC) e um Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD). Estas iniciativas dão cumprimento ao estabelecido no artigo 7º, da Lei nº 12.608/12 que coloca como responsabilidades estaduais, entre outras: “identificar e mapear as áreas de risco e realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades”, “realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco” e “apoiar, sempre que necessário, os Municípios no levantamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência (...)”. Ao mesmo tempo, coloca Santa Catarina num lugar destacado a nível nacional e internacional.

Tendo em vista a qualificação da criação do SISDC, a Secretaria Estadual de Defesa Civil estabeleceu parceria com o Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres (LAB-RED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) através do suporte, via FAPESC, do projeto Instrumentos Municipais de Redução de Riscos e Desastres (IMUN-RRD). Reconhecendo a necessidade de maiores aportes para a redução substancial dos riscos e desastres, o projeto IMUN-RRD (que, está em sua última fase) visou, também, o desenvolvimento de outros instrumentos municipais de gestão/redução de risco e desastres, nomeadamente, os Planos Comunitários de Redução de Risco (associando-os à implantação de Núcleos

---

<sup>1</sup>Integrando diversas secretárias de SC e Instituições Federais, entre eles, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres (CEMADEN) e diversas universidades.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

Comunitários de Proteção e Defesa Civil ) e os Planos Familiares de Emergência (PLAFE).

Além da criação de modelos conceituais de cada um dos três tipos de plano referidos, a serem operacionalizados via SISDC, o IMUN-RRD realizou em 2017, vinte oficinas de capacitação que ocorreram nos municípios sede das COREDECs envolvendo os seus membros e membros do GRAC. Entre os objetivos das oficinas contam-se o de promover a compreensão dos modelos dos vários tipos de planos e desenvolver competências e capacidades que permitam efetivação ou apoio a sua elaboração

Este artigo centra-se, somente, no que se relaciona com os Planos Familiares de Emergência (PLAFE). A relevância dos PLAFE reside no consenso relativo à importância de promover uma maior sensibilização das pessoas e sua efetiva participação na Redução de Riscos e Desastres (RRD), desenvolvendo uma consciência e atitude de autoproteção, a nível familiar e comunitário. Os PLAFE são instrumentos já utilizados por diversos países, desde os da América até Europa. Eles visam, essencialmente, a autoproteção individual e familiar. Cientes da singularidade da realidade catarinense e das especificidades regionais e locais (litoral/interior, urbano/rural, médias/pequenas cidades), ao contrário do que foi feito com os PLAMCON, optou-se por não formatar à partida um modelo de PLAFE. Assim, preferimos apresentar um exemplo de outro país (Equador) que possui um pequeno vídeo didático que permite apresentar e discutir o modelo utilizado com facilidade, usando-o como motivo de problematização acerca da importância, viabilidade e possíveis desafios de sua implementação nas diversas realidades regionais de Santa Catarina.

Utilizando as oficinas numa perspectiva de pesquisa, procuramos encontrar resposta para o seguinte problema: Em que medida e com que formato poderá os PLAFE ser instrumentos viáveis e eficazes para efetiva redução de riscos e desastres? Este problema pode ser desdobrado nas seguintes questões de pesquisa: a) Será o PLAFE um instrumento viável e importante no contexto da redução de riscos e desastres em Santa Catarina? b) E se o é, que dificuldades podem surgir? c) Como poderão ser superadas essas dificuldades? d) Que sugestões podem colaborar na criação de um modelo para Santa Catarina?

Perante o problema e questões de pesquisa citados, definiram-se os seguintes objetivos: a) avaliar até que ponto os grupos de trabalho, nomeadamente, R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

COREDEC's, membros do GRAC e outros quadros técnicos nessas tarefas envolvidos, consideram viável a elaboração de Planos Familiares de Emergência; b) analisar a importância que os mesmos atribuem à elaboração de Planos Familiares de Emergência; c) identificar quais as principais dificuldades que vislumbram na elaboração dos referidos planos e como sugerem que elas possam ser ultrapassadas; d) recolher sugestões de otimização do modelo do PLAFE a incluir no SISDC.

## 2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1 O risco como emergência ambiental da sociedade moderna

Os riscos fazem parte da vida e das descrições que dela fazemos, em diferentes momentos e contextos. Nessas descrições e discursos aparece, também, muitas vezes referência aos diversos componentes do risco, a começar pelas ameaças/perigos, a exposição a elas de uma comunidade ou pessoa, as respectivas vulnerabilidades, entre outros. Viver significa, acima de tudo, superar o conjunto de riscos que, de alguma forma, ameaçam a qualidade ou manutenção da vida e que nós tentamos antecipar e evitar ou resistir. Mesmo outros animais com consciência, não podendo, como nós, fazer descrições linguísticas como as nossa, percebem riscos e tentam evitá-los.

Correr certos riscos parece, pois, inerente ao processo de vida, mas outros não. No início da evolução do ser humano na Terra, as ameaças eram representadas pelos predadores e eventos naturais extremos, mas, à medida que continua evoluindo, o ser humano aprendeu a defender-se de alguns riscos e, paradoxalmente, criou outros. Nas sociedades industriais e pós-industriais passou a haver uma sistemática produção de riscos e, como afirma Beck (2010), "*a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente da produção social de riscos*" (p. 23). Como o mesmo autor se refere os riscos, ou melhor, muitos dos riscos passam a ter uma distribuição mais ampla, atingindo diversas camadas sociais, mesmo as mais favorecidas. Isto não impede, contudo, que muitos outros não atinjam preferencialmente os mais desfavorecidos: "*A história da distribuição de riscos mostra que estes se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe – mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo*" (BECK, 2011, p. 41). Uma boa parte da produção social de riscos está relacionada com os

processos de desenvolvimento ou, para ser mais exato com as falhas e erros do processo de desenvolvimento, como salienta a UNISDR.

Os desastres têm sido interpretados como ameaçando o desenvolvimento pelo lado de fora. Em resultado disso, a geração de riscos de desastres no interior do processo de desenvolvimento não tem sido devidamente considerada. (UNISDR, 2015, p. 23)

Embora dificilmente se possa defender como sendo desenvolvimento algo que *“se acompanha por um aumento dos níveis de risco na sociedade e, em consequência, das possibilidades de danos e perdas para a população”* (LAVELL, sd, p. 1), a interpretação acima citada, não só foi muito tempo aceita como “permeou e influenciou a prática de gestão de risco de desastres e sua eficácia no atingimento dos objetivos da política de redução de risco de desastres”. (UNISDR, 2015, p. 26). Efetivamente, até a década de 1980, a compreensão dos riscos e decorrentes desastres era dominada por um paradigma fiscalista, o qual estabelece relação linear causal direta entre as ameaças e os desastres. Desta forma, ignorava-se a contribuição das ações antropogênicas para o desenvolvimento dos riscos e desastres (LAVELL, 1996), o que conduziu a naturalização dos desastres e a designação “desastres naturais” (PORTELLA et. al. 2016).

O paradigma fiscalista foi fortemente criticado a partir da década de 1980 e os desastres ditos “naturais” reconsiderados como o resultado de interações entre as ameaças naturais e/ou tecnológicas e a vulnerabilidade, fator sociocultural (LAVELL, 1996). Inaugura-se, assim, o paradigma dos desastres como construção social, muito associado ao desenvolvimento da Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina – La RED e ao que é atualmente chamado como Gestão de Risco e Desastre – GRD (ALBINO; FREITAS, 2011). Vistos como construção social, os desastres são fenômenos cujas condições de existência desenvolvem-se cotidianamente como risco crescente (ROMERO&MENDONÇA, 2012).

Um olhar superficial sobre a forma como se processa a maioria dos processos de urbanização no Brasil e no Estado, dá-nos de imediato uma dimensão dessa construção social do risco. De forma geral, a urbanização tem-se feito acompanhar de: desvios e/ou canalizações de muitos cursos de água; pavimentações com técnicas inadequadas; vias de circulação em antigos fundos de vale; habitações em calhas de cheia e planícies de inundação; impermeabilização de enormes extensões territoriais, etc. A estas inadequações, somam-se inadequadas políticas de

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

saneamento básico e de drenagem urbana, gerando cenários de risco de eventos hidrológicos como os alagamentos, inundações e enxurradas, entre outros.

Em síntese, a construção de nossas cidades se configura, em geral, como a construção de cenários de riscos. Gera-se uma dinâmica de “habitar em risco”, o que, nos grandes centros e metrópoles urbanos, assume particular relevância (MARANDOLA, 2014). Assim, como destacam Albino e Freitas (2011), sob uma perspectiva sistêmica, os riscos e desastre, mais do que produtos naturais ou construções sociais, são emergências ambientais.

Os paradigmas da construção social e emergência ambiental encontram sustentação na teoria/perspectiva desenvolvida por (BECK, 2011). Segundo este, os riscos nas sociedades modernas são diversificados e agravados de maneira generalizada, pois a própria produção de riqueza acompanha-se da produção social de riscos, como um binômio da sociedade, permitindo-se falar em “sociedade de risco”. A generalização do modo como os riscos são diversificados e agravados é reflexo do processo de globalização, que “democratiza” a sujeição aos riscos, evidentemente, que de maneira desigual (GUIVANT& MACNAGHTEN, 2011). Portanto, a sociedade de risco é uma maneira ampla de observar o fenômeno e o reconhecimento de que é necessário analisar em que medida os nossos, supostamente elevados padrões tecnológicos e produtivos (alimentos geneticamente modificados, transporte e armazenamento de produtos perigoso, industrialização) ampliam cenários de risco e criam outros. Busca-se superar a causalidade linear do impacto dos desastres no desenvolvimento e discutir o efeito reverso, ou seja, o impacto do “desenvolvimento” na disseminação de desastres.

Em nossas sociedades de risco, cada um de nós acaba participando, de alguma forma, na produção social do risco. Isto acontece, a princípio, por nosso apoio direto (concordando com certo tipo de políticas e ações) ou indireto (sustentando pelo voto os políticos responsáveis por esse tipo de produção ou não exercendo o direito cidadão de protesto e participação política cidadã ativa). Em segundo lugar, acontece, por nossas próprias ações como cidadãos, como um exemplo, o descarte incorreto de resíduos e a geração descontrolada de lixo. Não prestamos atenção a certas recomendações, criamos condições para a proliferação de atuais e futuros cenários desastrosos e mesmo imprevisíveis.

Todo este cenário indica que para a RRD ser substancial é preciso que assumamos uma necessária aprendizagem social (ROMERO & MENDONÇA, 2012).

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

Para tanto, a participação pública se faz imprescindível, principalmente porque o risco é um fenômeno coletivo e a definição das medidas de GRD envolve investimentos que necessitam ter justificativa social e econômica (LAVELL, 2010). A participação pública, consagrada na Constituição Federal de 1988, engloba domínios que vão desde a formulação, a execução e o acompanhamento de planos, programas e projetos, até a cooperação entre governos, iniciativa privada e outros setores da sociedade envolvidos na urbanização e quaisquer outros processos de interesse social. Ela se tornou um dos preceitos para gestão democrática dos territórios. Contudo, para que tal participação faça jus aos próprios potenciais, ela deve ser de qualidade.

Neste artigo pretendemos destacar mais o que se refere à participação comunitária na Redução de Riscos e Desastres.

## 2.2 A participação em RRD e Quadro de Ação de Sendai

Os esforços internacionais de incentivo à promoção da participação e fomento da autoproteção se desenvolveram, em paralelo com a afirmação do paradigma de construção social dos desastres, a partir da década de 1980. A Organização das Nações Unidas – ONU, através da Secretária para Redução de Riscos de Desastres – UNISDR, vem estando na vanguarda desse esforço internacional de reduzir o risco de desastres, envolvendo nesse esforço as comunidades e os cidadãos. O “*Quadro de Ação de Hyogo para 2005-2015: Aumento da resiliência das nações e comunidades antes os desastres*” se constituiu como um importante referencial de ação em RRD. Acabada sua vigência, procedeu-se a sua avaliação, tendo-se constatado que, apesar dos importantes avanços conseguidos, certas deficiências e lacunas necessitam de ser superadas. Entre as lições retiradas se destaca a de que a redução substancial dos riscos e desastres exige não apenas persistência, mas também uma atenção incisiva nas pessoas e comunidades (UNISDR, 2015). Isso é alvo de destaque no “*Quadro de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030* que a Assembleia das Nações Unidas aprovou, após o fim do quadro de Hyogo. Com isto, ganhou maior evidencia a necessidade de que, além de dar publicidade às informações em RRD, elas precisam ser facilmente acessíveis, compreensíveis, atualizadas e com base científica complementada com conhecimentos tradicionais (UNISDR, 2015).

O Quadro de Ação de Sendai fixa 4 grandes prioridades, são elas: “*Prioridade 1: Compreender o risco de desastres*”; “*Prioridade 2: Fortalecer a governança do risco de desastre para gerir dito riscos*”; “*Prioridade 3: Investir em redução de risco de desastres para a resiliência*”; “*Prioridade 4: Aumentar a preparação para casos de desastre afim de dar resposta eficaz e para ‘reconstruir melhor’ nos âmbitos da recuperação, reabilitação e reconstrução*”(UNISDR, 2015, p.9).Complementarmente, indica que devem ser adotadas medidas específicas para combater os fatores subjacentes aos riscos e os agravantes, bem como fomentar a colaboração dos setores públicos e privados e a integração da RRD em suas práticas de gestão (UNISDR, 2015).

Em síntese, a proposta é de compartilhamento de responsabilidade na RRD, para o qual é ainda necessário desenvolver a consciência de que ela não é responsabilidade apenas do Estado ou do setor privado ou dos indivíduos, mas do conjunto formado por eles (MASKREY, 1993). O Quadro de Ação de Sendai assenta na ideia mestra da participação das partes interessadas, ou seja, de toda a sociedade pois, embora os Estados possuam responsabilidade em reduzir os riscos de desastres, ela é eminentemente uma categoria compartilhada. Neste sentido, reforça que o compartilhamento deve ser inclusivo ao destacara importância da participação de, entre outros, mulheres, idosos, povos indígenas e imigrantes, academias e redes científicas, empresas, associações profissionais, instituições financeiras e mídia (UNISDR, 2015).

A mudança necessária ultrapassa a esfera das políticas públicas e infraestruturas de GDR e alcança a dimensão da autoproteção e isso evidencia a importância dos PLAFE, preferencialmente alinhados com aos planos comunitários e municipais, como instrumentos de sensibilização e mobilização para o exercício da autoproteção.

### 2.3Autoproteção e Planos Familiares de Emergência

A perspectiva dos Planos Familiares de Emergência(PLAFE) parte da proposta de que, tomando como referência a família, os cidadãos assumam autonomia sobre uma parte de sua proteção frente aos desastres, reduzindo sua dependência. Assim, segundo a definição de um dos documentos de referência nas capacitações do IMUN-RRD, o PLAFE:

R. gest. sust. ambient., Florianópolis,. v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

É o conjunto de atividades que uma família deve realizar com o fim de reduzir riscos que afetam negativamente seu bem-estar; e realizar preparativos para reagir adequadamente em caso de emergência. (ECUADOR, s.d., p.3).

O PLAFE detalha como todos membros da família atuarão nas fases de prevenção, preparação, resposta e recuperação dos desastres. As famílias deverão conhecer e identificar as ameaças e vulnerabilidades dentro e fora de sua residência; delegar funções aos sua membros em caso de uma evacuação, o que subentende que há um plano de evacuação interno ao PLAFE; identificar os recursos necessários em caso de desastre; e, conhecer o PLAMCON e as rotas de fuga ou pontos de encontro do seu bairro (ECUADOR, s.d.). A sua elaboração inclui um conjunto de passos que se materializam no preenchimento de um banner que a família deve manter em local de fácil acesso e ir atualizando. Os passos sugeridos no modelo do Equador são: a) Identificação dos integrantes da família; b) Identificação dos grupos de atenção prioritária; c) Identificação das ameaças e vulnerabilidades no entorno e dentro da casa, com as ações a realizar para reduzir os riscos (cronograma e atribuição de responsabilidades);d) Preparação de mochila de emergência equipada com objetos para demandas urgentes; e) Identificação do que cada membro da família deve fazer, caso não estejam juntos; f) Elaboração de um desenho da casa e de seu entorno; g) Elaboração de um desenho da rota de evacuação externa do ponto de encontro da família).

Apesar de relativamente novo no Brasil, os PLAFE são um instrumento possivelmente já tradicionais na América Latina pois, conforme consta no Quadro 1. Muitos de seus países já os possuem há mais de 10 anos. O mesmo é possível aferir em relação aos Estados Unidos da América, que já possui 4 modelos distintos; e em relação a Portugal e Espanha. Os PLAFE que foram possíveis acessar constam em maiores detalhes no quadro 1.

Quadro 1. Propostas de PLAFE

| País e instituição  | Designação e data   | Características gerais  | Destaques e observações   |
|---|---|---|---|
| <u>Brasil</u><br>Bombeiros Voluntários de Nova Petrópolis                                 | Plano de Emergência Familiar s/ data                        | Recomendações gerais para elaborar PLAFE disponível em site <a href="http://www.bombeirosnp.com.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=368:2015-09-03-19-48-01&amp;catid=3:noticias&amp;Itemid=50">http://www.bombeirosnp.com.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=368:2015-09-03-19-48-01&amp;catid=3:noticias&amp;Itemid=50</a> | Contem pontos que devem constar do plano: como se comportar diante da ocorrência de desastres; por que devemos nos preparar para os desastres? Inclui um caso simulado com pedido de sugestão de atuações.  |
| <u>Brasil</u><br>Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro                   | Plano de Contingência da Família 2013                       | Documento pdf de 16 pag. que explica como elaborar PLAFE. Disponível em site <a href="http://www.riocomsaude.com.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=%2BhNzupnr20%3D">http://www.riocomsaude.com.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=%2BhNzupnr20%3D</a>  | O documento inclui os seguintes pontos: A. O que devo ou não fazer em caso de emergência; 1) meu plano de emergência; 2) minha mochila de emergência; 3) minha caixa e emergência; B. Evacuando com rapidez e segurança; C. Idosos e portadores de necessidades especiais; D. animais de estimação; E. teste de verificação.  |
| <u>Brasil</u><br>Consulado Geral do Brasil em New York                                    | Plano de Evacuação s/data                                   | Recomendações, que se afirma integrarem a cartilha, disponíveis em site <a href="http://novayork.itamaraty.gov.br/pt-br/cartilha_sobre_emergencias.xml">http://novayork.itamaraty.gov.br/pt-br/cartilha_sobre_emergencias.xml</a>   | Preparando para calamidades e emergências, o site indica como essencial da preparação: a) monte um kit de emergência, b) faça um plano de evacuação; c) combine locais de encontro com seus entes queridos. No que se refere ao plano de evacuação remete para o site da Cruz Vermelha com modelo de PLAFE.   |
| <u>México, América Central e Caribe</u><br>Cruz Roja (sem data)                           | Plan Familia Prevenida o Plan Familiar de Emergencia s/data | Manual de 28 pag. com guia e formulário em site <a href="http://web.cruzrojacolombiana.org/publicaciones/pdf/modulo_2_familia_prevenida_3112011_105744.pdf">http://web.cruzrojacolombiana.org/publicaciones/pdf/modulo_2_familia_prevenida_3112011_105744.pdf</a>   | Organizado em: Introdução e duas unidades. U1 Antes da Emergência; Conhecendo os arredores de nossa casa; Conhecendo nossa casa; Preparando-se para emergência. U2 Durante a Emergência; Depois da Emergência; Elaborando o plano.  |
| <u>Colômbia</u><br>Cruz Roja Colombiana   | Plan Familiar de Emergencias s/data                         | Folheto guia de 2 pag. Disponível em <a href="http://www.cruzrojacolombiana.org/centro-de-informacion/gu%C3%ADa-para-plan-familiar-de-emergencias">http://www.cruzrojacolombiana.org/centro-de-informacion/gu%C3%ADa-para-plan-familiar-de-emergencias</a>  | Indica quatro passos para elaborar plano: 1) identificar ameaças e vulnerabilidades na casa e entorno; 2) reconhecer as capacidades existente no local e entorno; 3) identificar ações que permitam transformar vulnerabilidades em competências/ capacidades; 4) elaborar o plano.   |
| <u>Costa Rica</u><br>Comisión Nacional de Prevención de Riesgos y Atención de Emergencias | Plan Familiar de Emergencia s/data                          | Documento de 22 pag. Disponível em site <a href="https://www.cne.go.cr/Documentos/educacion/plan_familiar.pdf">https://www.cne.go.cr/Documentos/educacion/plan_familiar.pdf</a>   | O documento indica seguintes passos para elaborar plano: 1) reconhecimento do local de habitação (interior, características da casa e comunidade); 2) Fazer plano de ação (ações de prevenção, mitigação e preparação); 3) Responsabilização dos membros da família (como atuar numa emergência; que fazer imediatamente depois; pôr à prova efetividade do plano; rever detalhes para nada deixar de fora) 4) provisões de emergência. |
| <u>Equador</u><br>Cruz Roja Equatoriana   | Plan Familiar de Emergencia s/data                          | Informação em site, para elaboração de plano em cartaz, acompanhado de vídeo, Disponível em site <a href="http://www.cruzroja.org.ec/index.php/2-uncategorised/369-plan-">http://www.cruzroja.org.ec/index.php/2-uncategorised/369-plan-</a>  | Indica passos para construção do PLAFE: 1. Desenvolver o plano da família com o cartaz de referência fornecido (croqui da casa; rotas de evacuação externa; equipamento de emergência; pessoas que precisam de  |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  |   | de-emergencia-familiar   | ajuda especial); 2. Revisar o Plano de Emergência Familiar; Escolha de local para colocar o plano; 4. Exercício de Simulação Familiar.  |
| <u>Equador</u><br>Secretaria Técnica de Gestión de Riesgos                           | Plan Familiar de Emergencia 2013  | Documento pdf (22 pág.) disponível em site<br><a href="https://www.gestionderiesgos.gov.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/07/Plan-Familiar-de-Emergencias.pdf">https://www.gestionderiesgos.gov.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/07/Plan-Familiar-de-Emergencias.pdf</a>  | Indica como aspetos/passos centrais da elaboração do plano: 1)reconhecimento do lugar onde vivemos; 2) avaliação (dentro e fora e casa; 3) materiais de emergência; 4) evacuação; 5) simulacros. Inclui uma indicação instrucional de como elaborar PLAFE.  |
| <u>México</u><br>Centro Nacional de Prevención de Desastres                          | Plan Familiar de Protección Civil 2004  | Apostilha com 33 pag., disponível em site<br><a href="http://www.cenapred.unam.mx/es/Transparencia/FAQ/Plan_Familiar2004.pdf">http://www.cenapred.unam.mx/es/Transparencia/FAQ/Plan_Familiar2004.pdf</a>   | Indica quatro passos para elaborar o plano: detectar e reduzir riscos (dentro e fora de casa); desenho de rotas de fuga; tomada da melhor decisão; realização de simulacros. Inclui indicações sobre: o que colocar num estojo de primeiros socorros; como realizar simulacros; calendário de perigos; telefones de emergência.   |
| <u>México</u><br>Coordinacion General da Protección Civil                            | Plan Familiar de Protección Civil 2004  | Apostilha com 12 pag. Disponível no site<br><a href="http://www.cenapred.unam.mx/es/Transparencia/FAQ/Plan_Familiar2004.pdf">http://www.cenapred.unam.mx/es/Transparencia/FAQ/Plan_Familiar2004.pdf</a>  | Inclui: objetivos; medidas (o que deve conter um plano; detecta e reduz riscos; desenho de rotas de fuga; análise de situação de emergência; situação de emergência (cita várias); prepara-te para tomar decisões; simulacros; compromissos dentro do plano.  |
| <u>Peru</u><br>Instituto Nacional de Defensa Civil (INDECI)                          | Plan Familiar de Emergencia 2017  | Manual aprofundado, com 38 pag., em pdf, incluindo formulários, disponível em site<br><a href="http://bvpad.indeci.gob.pe/doc/folletos/2017/2%20PLAN%20FAMILIAR%20DE%20EMERGENCIA%20La%20Seguridad%20empieza%20en%20casa.pdf">http://bvpad.indeci.gob.pe/doc/folletos/2017/2%20PLAN%20FAMILIAR%20DE%20EMERGENCIA%20La%20Seguridad%20empieza%20en%20casa.pdf</a>  | Está estruturado da seguinte forma: Introdução; I) aspectos gerais; II) o Combo da sobrevivência (mochila de emergência e caixa de reserva); III) comunicações em caso de emergência; IV) elaboração do PLAFE; V) ações perante diferentes tipos de emergência. Inclui cartões de emergência  |
| <u>EUA</u><br>Texas<br>Department of State Health Services                           | Plan Familiar de Emergencias/data   | Formulário muito simples pdf, com 2 pag. Disponível em site<br><a href="http://www.texasprepares.org/spanish/emergenc_y_plan-cards_sp.pdf">http://www.texasprepares.org/spanish/emergenc_y_plan-cards_sp.pdf</a>   | Em espanhol, para hispânicos. Contem “cartões de emergência”. Muito simples, com breve explicação inicial e contatos, além dos cartões de emergência.   |
| <u>EUA</u><br>Cruz Roja Americana (aconselhado pelo consulado do Brasil em New York) | Plan familiar para caso de desastres 2012                                     | Modelo/formulário pdf com 3 pag. Em site<br><a href="http://www.redcross.org/images/MEDIA_CustomProductCatalog/m12240094_ARC_Family_Disaster_Plan_Template_Spanish_r083112.pdf">http://www.redcross.org/images/MEDIA_CustomProductCatalog/m12240094_ARC_Family_Disaster_Plan_Template_Spanish_r083112.pdf</a>  | O modelo contém: a) dados sobre membros da família e contatos, bem como mascotes; b) plano de ação (identificação de possíveis desastres, rotas de fuga, ponto de encontro, local para traslado de criança na escola, cuidados com idosos ou incapacitados, responsabilidades dos membros da família).  |
| <u>EUA</u> Healthchildren.org  | Plan para la familia Family Readiness Kit. Preparing to handle desastres 2017 | Documento pdf 2 pag. com indicações sobre como preparar família para desastres disponível em site<br><a href="http://www.okaap.org/wp-content/uploads/2017/04/C%C3%B3mo-preparar-a-su-familia-para-los-desastres-HealthyChildren.pdf">http://www.okaap.org/wp-content/uploads/2017/04/C%C3%B3mo-preparar-a-su-familia-para-los-desastres-HealthyChildren.pdf</a> | Inclui seguintes pontos: como preparar sua família para desastres; o que dizer a seus filhos sobre desastres; fique calmo durante uma emergência; crianças e como elas respondem a desastres; como as crianças geralmente se comportam depois de um desastre; as necessidades especiais das crianças depois de um desastre; o que os pais podem fazer para ajudar as crianças a lidar com um desastre?; desligar a televisão; atividades que fazem as |

|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  |   |  | crianças falarem sobre o desastre; como preparar sua família antes de um desastre; tenha um plano pronto para a família no caso de um desastre; configure um "Kit de preparação" especial para crianças; pets; provisões para desastres; informação adicional.  |
| <u>EUA</u><br>Agencia Federal para el Manejo de Emergencias (FEMA) e Cruz Roja | Preparación para casos de desastre 2012                     | Folhetopdf com 14 pag. Disponível em site <a href="https://www.fema.gov/pdf/library/spa_pfd475.pdf">https://www.fema.gov/pdf/library/spa_pfd475.pdf</a>  | Fala no plano como um dos aspetos da preparação da família. Inclui seguintes pontos: informe-se; faça um plano; prepare sua reserva de suprimentos; mantenha o plano e reserva de suprimentos atualizados.  |
| <u>Porto Rico</u><br>Universidad de Puerto Rico, Servicio de ExtensiónAgrícola | Plan de Emergência Familiar s/data                          | Guia de 3 pag., mais formulário (2 pag.) disponível em site <a href="http://www.uprm.edu/ciag/sea/mei/doc/Plan%20de%20emergencia%20familiar%203.pdf">http://www.uprm.edu/ciag/sea/mei/doc/Plan%20de%20emergencia%20familiar%203.pdf</a>  | Inclui como ponto principais: conhecimento do lugar; meios de emergência; evacuação da residência; na sua comunidade.   |
| <u>El Salvador</u><br>Protección Civil   | Plan de Emergencia Familiar                                 | Folheto com guia sintético/esquemático e formulário pdf. (4 pag.) que, após preenchido, se tornar um livreto isolável que se pode guardar como um envelope também disponível para montagem   | Apoio de UKAID, World Food Programme (WPF) e UNICEF. Está organizado em: prepare-se (maleta básica de emergência e identificação de zonas seguras); atue (o que deve fazer durante uma emergência, discriminando incêndios, terramoto e inundação); reúna com família e plano de Emergência Familiar (riscos dentro de casa; riscos fora de casa; resultados; ações; dados familiares). |
| <u>Espanha/Portugal</u><br>ALARTEC<br>Trata-se de uma empresa de alarmes       | Plan de Emergencia Familiar 2013                            | Roteiro disponível em site <a href="http://www.alartec.com/2013/10/plan-de-emergencia-familiar-en-caso-de-desastres/">http://www.alartec.com/2013/10/plan-de-emergencia-familiar-en-caso-de-desastres/</a>   | Indica três aspetos fundamentais: preparação antes da emergência; preparação para saber como atuar durante a emergência; preparação para saber como atuar depois a emergência. Finaliza apresentando esquemas de atuação face a diferentes tipos de emergência (deslizamentos, furacões, incêndio, terramotos, inundações)  |
| <u>Portugal</u><br>Prefeitura da Amadora - Defesa Civil , apoio UNISDR         | Plano Familiar de Emergência 2014                           | Folder pdf de recomendações gerais <sup>1</sup> mais Folder pdf com formulário <sup>2</sup> disponível em sites <a href="http://www.cm-amadora.pt/images/PROTECAO_CIVIL/PDF/MEDIDAS_AUTOPROT/plano_familiar_emergencia.pdf">http://www.cm-amadora.pt/images/PROTECAO_CIVIL/PDF/MEDIDAS_AUTOPROT/plano_familiar_emergencia.pdf</a><br><a href="file:///Volumes/MARIOP3/artigos_abril%202018/Plano_Familiar_Emerge%CC%82ncia_2.pdf">file:///Volumes/MARIOP3/artigos_abril%202018/Plano_Familiar_Emerge%CC%82ncia_2.pdf</a> | <sup>1</sup> Documento com seção única "Estar preparado". <sup>2</sup> Documento que inclui: a) Estar preparado; telefones de emergência e sugestão de ficha de contatos familiares; plano de evacuação (com sugestão de mapa de evacuação da casa e espaço para elaborar plano; procedimentos de segurança básicos para incêndio, inundação e sismos.                                  |
| <u>Portugal</u><br>Serviço Municipal de Proteção Civil de Albufeira            | Manual para Elaboração do Plano Familiar de Emergência 2012 | Manual muito informativo, de 42 pag. Disponível em <a href="https://www.cm-albufeira.pt/sites/default/files/public/RepositorioDocumentos/plano_familiar_de_emergencia.pdf">https://www.cm-albufeira.pt/sites/default/files/public/RepositorioDocumentos/plano_familiar_de_emergencia.pdf</a>   | Tem a estrutura seguinte: 1) Introdução (com noções gerais de proteção civil); 2) plano de ações; 3) riscos existentes no concelho; 4) kit de emergência; 5) lista de contatos; 6) ponto de encontro; 7) zonas de concentração no município; 8) medias de autoproteção; 8) riscos naturais; 9) riscos tecnológicos; risco social..  |

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| <u>Internacional</u><br>Site Alerta Tierra                                      | Plan de Emergencias Familiar 2017      | Documento pdf (7 pág.) disponível em site <a href="http://www.alertatierra.com/descargas/preparando-un-plan-de-emergencias-familiar.pdf">http://www.alertatierra.com/descargas/preparando-un-plan-de-emergencias-familiar.pdf</a>   | Organizado em: Introdução; Averigua coisas sobre o local onde vives; Desenvolve tua planificação; Prepara-te; Pratica teu plano de emergência; Bibliografia e referências.   |
| <u>Internacional</u><br>Site SIKANA (programa de produção de vídeos educativos) | Plano Familiar de Emergências s/data   | Vídeo (2m 26s), de um conjunto de vídeos (48 min) disponíveis em site <a href="https://www.sikana.tv/pt">https://www.sikana.tv/pt</a> <a href="https://www.sikana.tv/pt/health/natural-disaster/major-disasters-prepare-a-family-emergency-plan">https://www.sikana.tv/pt/health/natural-disaster/major-disasters-prepare-a-family-emergency-plan</a> | Utiliza, infelizmente, o termo “desastre natural”. O site apresenta dois capítulos: Cap. 1 Prepare-se (preparar seu kit; kit básico; plano familiar de emergências; alertar os serviços de emergência; preparar sua casa); Cap. 2. Desastres naturais (como se prepararem caso de ataque terrorista; furacão; terramoto: inundação; erupção vulcânica, tsunami, incêndio florestal; onda de frio; avalanche; contaminação química; risco biológico, acidente radioativo.                             |
| <u>Internacional</u><br>World Animal Protection - Brasil sem data               | Prepare seu plano de emergência s/data | Dez pontos básicos referidos em site <a href="https://www.worldanimalprotection.org.br/nosso-trabalho/animais-em-situacoes-de-desastre/prepare-seu-plano-de-emergencia">https://www.worldanimalprotection.org.br/nosso-trabalho/animais-em-situacoes-de-desastre/prepare-seu-plano-de-emergencia</a>  | Foco nos aspetos relativos a proteção animal, indica 10 pontos básicos: recolher informação de riscos; ter cópia de identificação do animal com familiar/amigo; traçar rota de fuga contemplado ida do animal; treinar animal a entrar e sair de caixa de transporte; local seguro para evacuar todos (pessoas e animais); o animal já deve conhecer local; verificar identificação do animal; verificar carteira de vacinação e vermifugação; partilhar plano na família; manter kit de emergência. |

### 3 METODOLOGIA

Os dados analisados foram recolhidos durante a realização das Oficinas Regionais de Capacitação do IMUN-RR, que reuniram representantes das coordenações municipais de proteção e Defesa Civil e outros agentes envolvidos na defesa civil municipal. A abordagem dos PLAFE (uma das temáticas versadas) nas oficinas de capacitação regionais aconteceu da forma que passa a descrever-se.

O ponto de partida era a projeção de um vídeo da Secretária Técnica de Gestão de Risco do Equador que explica o passo-a-passo para a elaboração dos PLAFE no referido país. Após o visionamento do filme, formavam-se grupos que debatiam as seguintes questões: a) Qual lhes parece ser a importância dos Planos Familiares de Emergência? b) Qual a viabilidade de elaboração deste tipo de plano em seus município; c) Que dificuldades podem surgir e como tais dificuldades poderiam ser superadas?

As respostas sistematizadas nos grupos eram, depois, apresentadas e debatidas em plenário. No final, eram recolhidas e arquivadas para posterior transcrição e sistematização. Uma vez que os dados estão, ainda, em processo de R. gest. sust. ambient., Florianópolis., v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

transcrição e sistematização, somente foram consideradas e analisadas as respostas recolhidas nas primeiras 4 oficinas realizadas (20% do total), as das regionais de Maravilha, Chapecó, Concórdia e Joaçaba.

Trata-se, pois, de uma pesquisa piloto, de natureza exploratória e qualitativa, que servirá de base a um estudo mais amplo, englobando os resultados de todas as regionais. Conseqüentemente, as conclusões aqui formuladas não são diretamente transponíveis para todo Estado de Santa Catarina, antes correspondendo aos contextos específicos das regionais analisadas. Contudo, dão já uma interessante contribuição para a formulação do estudo mais amplo englobando todos os dados recolhidos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram tratados, inicialmente por regional e, depois, por agrupamento de acordo com os critérios questionados nas oficinas sobre os PLAFE: importância, viabilidade e dificuldades.

##### 4.1 Regional de Maravilha

Todos os grupos de trabalho atribuíram importância ao PLAFE, citando razões como: facilitar a organização das famílias, auxiliar na identificação e monitoramento de ameaças e manter as pessoas em estado de atenção. Consideraram os PLAFE como instrumento de conscientização acerca da constante do risco, iminência de desastres e aumento de gravidade dos mesmos: “*A importância, as pessoas estarem em alerta que sinistros acontecem, são eminentes e com tendência de aumento de gravidade*” (informação verbal)<sup>2</sup>.

Os grupos de trabalho também consideraram os PLAFE mais importantes para famílias expostas às ameaças de concretização súbita, como vendavais, as granizadas e os tornados. Complementarmente, destacaram que os PLAFE podem ser mais importantes para as famílias que vivem em áreas de risco, mas onde, apesar de tudo, os desastres não tenham sido ainda muito frequentes: “*Os planos são mais importantes nas áreas de risco, visto que os incidentes de desastres não*

---

<sup>2</sup> Informação fornecida em oficina de capacitação do projeto IMUN-RRD. <sup>34</sup>  
R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

são tão frequentes, o que dificulta a conscientização da população”(informação verbal)<sup>3</sup>.

Apesar de haver consenso em relação à importância dos PLAFE, os grupos de trabalho evidenciaram que a viabilidade do instrumento está condicionada aos municípios conseguirem que as famílias também desenvolvam esta consciência. Para tal, sugeriram articulação dos PLAFE com os PLACRED e PLAMCON, de modo que cada família seja estimulada a executar tarefas em sua comunidade, principalmente aquelas que habitam as áreas de risco. Salientaram a importância da conscientização e *“informação sobre como a defesa civil atua no município, para que exista uma parceria entre famílias, comunidade, poder público além de incutir nas famílias a cultura de auto prevenção”*(informação verbal)<sup>4</sup>.

Foi sugerido que se começasse a difundir os PLAFE através das escolas, grupos de idosos, agentes comunitários de saúde e entidades organizadas do município. Acreditam que, desta forma, algumas possíveis resistências das famílias à adoção dos PLAFE diminuiriam.

#### 4.2 Regional de Chapecó

A regional de Chapecó avaliou os PLAFE como importantes e muito importantes. A principal razão, conforme os próprios grupos de trabalho assinalaram, é o fato de assegurar a integridade física da família. Além disto, consideram o PLAFE se afirma como um promotor de autonomia cidadão: *“Possibilitar que a família crie iniciativas de independência frente às situações adversas e consequentemente sem a necessidade de uma ajuda externa para tomar iniciativa”* (informação verbal)<sup>5</sup>.

Os grupos de trabalho consideraram o instrumento viável, mas que, sem apoio, poucas famílias o fariam e destacaram que uma dificuldade crucial para implementação dos PLAFE é as famílias aceitarem sua condição de risco. É necessário motivá-las, dar capacitações envolvendo agentes públicos, campanhas de divulgação, motivação e conscientização sobre os riscos e importância dos PLAFE e haver equipes para ajudar, família por família: *“No momento achamos que*

---

<sup>5</sup> Informação fornecida em oficina de capacitação do projeto IMUN-RRD.<sup>67</sup>  
R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

*poucas famílias farão isso sozinhos e não dispomos de equipe para assessorar todas. Podemos tentar instruí-las e orientá-las aos poucos*”(informação verbal)<sup>6</sup>.

#### 4.3 Regional de Concórdia

Os PLAFE foram considerados um instrumento novo pelos grupos de trabalho da Regional de Concórdia. O motivo, conforme os mesmos, é que o instrumento *“foca no ser humano, na questão social, na prevenção e na saúde”*(informação verbal)<sup>7</sup>. Para além disso, atribuíram importância aos PLAFE por este ser um estímulo à busca por conhecimento e contribuir para a preparação do ambiente e para o ordenamento de ações futuras eficazes de enfrentamento dos riscos e respostas adequadas nas situações de emergência.

Os grupos de trabalho também consideraram os PLAFE viáveis, mas com a ressalva de ter um modelo adaptável às diversas estruturas familiares: *“É viável, considerando e respeitando os aspectos da estrutura familiar, como o exemplo nível de estruturação, capacidade econômica e mesmo o grau de conscientização da importância do mesmo”*(informação verbal)<sup>8</sup>.

Para viabilizar os PLAFE, foi sugerida sua inserção através da educação escolar, bem como orientações para população no sentido de prepará-la para o momento de fazer o seu PLAFE. Os disseminadores dos PLAFE seriam os agentes públicos municipais. Como possíveis dificuldades foram adiantadas a falta de tradição em planejamento, a resistência em preparar-se para uma situação hipotética, a compreensão da importância do instrumento e, ainda outros aspectos como a ausência de estrutura familiar sólida e recursos financeiros. A possibilidade de eles tornarem-se multiplicadores exigiria medidas adequadas com, por exemplo, a elaboração de cartilhas.

Para superar as dificuldades de implementação dos PLAFE, ao menos em parte, seria necessário o treinamento de capacitadores do processo, investimento em sensibilização nas escolas e a realização de um projeto piloto, envolvendo, entre outros, os ambientes empresariais.

#### 3.3 Regional de Joaçaba

---

<sup>8</sup>Informação fornecida em oficina de capacitação do projeto IMUN-RRD.<sup>9</sup>

Os grupos de trabalho da regional de Joaçaba consideraram os PLAFE importante. Associaram o instrumento, sobretudo, à evacuação ordenada e rápida: *“Organização dos membros familiares para proporcionar uma rápida evacuação e com segurança em situações de risco”* (informação verbal)<sup>9</sup>, mas também, em geral, à redução de danos e agilidade em responder aos desastres. Mesmo considerando o PLAFE importante, os grupos de trabalho ponderaram que inicialmente a viabilidade poderia ser prejudicada pela resistência das famílias: *“Deveria ser incentivada, porém a viabilidade de ser colocada em prática é muito pequena”*; *“O grupo acredita que talvez no início seja um pouco dificultada a aceitação da população em relação aos planos.”*(informação verbal)<sup>10</sup>.

O próprio ato de planejar seria uma novidade para as famílias, pois a prevenção não é, ainda, parte da cultura, sendo necessário campanhas educativas de longo prazo, tanto para adultos (para haver reorientação da conduta agora), como para crianças (longo prazo): *“Resistência a mudança de comportamento, implantação de programas e formas de instruir a população desde a base, crianças, com intuito de incentivar a mudança de cultura a longo prazo.”*(informação verbal)<sup>11</sup>. As dificuldades identificadas poderiam ser superadas através de campanhas de conscientização, havendo que pensar em recursos: *“Recursos financeiros e adesão da população. Conseguir recursos estadual ou municipal, convencer eles com capacitação, incluindo materiais”*(informação verbal)<sup>12</sup>.

#### 4.4 Síntese

Apresentamos, agora, dois quadros de síntese qualitativa das respostas obtidas nas oficinas em relação às questões de pesquisa inicialmente formuladas.

Quadro2. Importância e viabilidade dos PLAFE

| <b>Regional</b> | <b>Importância</b>  | <b>Viabilidade</b>   | <b>Dificuldades</b>  |
|-----------------|---|--|--|
| Maravilha       | Considerado importante, por: facilitar a organização das famílias, em especial face a eventos de ocorrência súbita; auxiliar na identificação e monitoramento das áreas | Viável se houver conscientização das famílias da importância e eficácia dos planos | Resistência das famílias que, sendo de características, culturalmente, diferenciadas que demandaram adaptação e esclarecimentos em |

<sup>10</sup> Informação fornecida em oficina de capacitação do projeto IMUN-RRD.<sup>112</sup>

|           |  |  |  |
|-----------|--|--|--|
|           | de risco; promover o desenvolvimento da autoproteção preventiva e reativa.   |  | dimensões diversas.  |
| Chapecó   | Considerado importante, por: orientar as famílias para o caso de uma emergência; ser um instrumento promotor de autonomia dos cidadãos frente o Estado                                       | Viável desde que se escolha melhor forma de implementação                                      | As pessoas têm dificuldade de entender a importância dos PLAFE<br>Muitas pessoas promovem a negação ou têm ignorância da sua condição de risco<br>As famílias não conseguiriam fazer o plano sozinhas, |
| Concórdia | Considerado importante, por: ser um instrumento novo centrado no ser humano; poder promover conhecimento sobre o ambiente; capacitar para resposta rápida; contribuir para mudança cultural. | Viável se superados certos condicionalismos  | Dificuldade de as pessoas entenderem a importância dos PLAFE.  |
| Joaçaba   | Considerado importante, especialmente, para resposta ao desastre: organizando e agilizando a evacuação; reduzindo danos e evitando mortes  | Viável particularmente se houver recursos que suportem as medidas que é necessário empreender. | Dificuldade de as pessoas entenderem a importância dos PLAFE.<br>Falta de cultura de prevenção   |

Como se pode verificar todos os grupos consideraram os PLAFE como importantes por razões variadas, mas com o ponto comum de acharem que o instrumento promove a cultura da prevenção, a autonomia cooperativa face ao poder público e a ajuda na resposta ao nível familiar. Todos consideraram, também, o instrumento como viável, desde que superados certos condicionalismos. As dificuldades incidem muito na dificuldade de entendimento e possível resistência cultural à proposta.

No quadro 3 estão sumarizadas as várias sugestões avançadas.

Quadro 3. Como superar as dificuldades e outras sugestões

| <b>Regionais</b> | <b>Como superar dificuldades e outras sugestões</b>   |
|------------------|---|
| Maravilha        | A conscientização e disseminação do PLAFE pode contar com o suporte e instrumentos das mídias sociais, para além de ter uma interface convidativa e autoexplicativa na plataforma do SISDC. A disseminação por páginas e redes sociais pode remeter diretamente ao SisDc que deverá possuir um ambiente chamativo ao primeiro contato com o instrumento e convite a sua elaboração. Foi sugerido começar a difundir os PLAFE através do trabalho com escolas, grupo de idosos, agentes comunitários de saúde, entidades organizadas do município. Aumento da viabilidade e efetividade de resposta e monitoramento de áreas de risco podem ser operacionalizados por meio do SISDC. A elaboração, implementação, execução monitoramento e avaliação |

|           |   |
|-----------|---|
|           | dos vários instrumentos, podem ser facilitados por meio de uma plataforma com informações geográficas georreferenciadas como está estruturado o SISDC. Cursos EAD permanentes voltados para diversos públicos podem são elementos a serem considerados.   |
| Chapecó   | Como a Plataforma SISDC representa em parte o próprio SIEPDEC, estruturas como escolas, agentes de saúde, podem usar o SISDC como elemento motivador das famílias e indivíduos em ações de mobilização social. O uso de computadores de mão pode facilitar a elaboração do plano junto a famílias, por exemplo. Recursos de mapeamento participativo, crowdsourcing, projeções de eventos no tempo, entre outros, podem ser utilizados como facilitadores da compreensão da população sobre áreas de riscos nas quais vivem. Além do desenvolvimento de aplicativos de celulares para facilitar a disseminação e elaboração dos PLAFE. Promovendo a orientação e a autonomia na GDR.  |
| Concórdia | Os critérios de efetividade dos PLAFE podem melhor ser avaliados se bem integrados ao SISDC e estes aos seus usuários. Por meio de questionários e outros instrumentos é facilitada a avaliação de ações de resposta pós desastre e meso orientações e acompanhamento nas fases superiores. Diferenças internas de regionais e entre regionais, podem ser parametrizadas por regionalizações de eventos recorrentes e ou mesmo de mapeamentos colaborativos sobre riscos percebidos. Como o usuário final da política pública é o cidadão, o PLAFE é percebido como elo de pertencimento e interação com o Estado, exercício em conjunto que pareceu reforçar a percepção da relação entre o conhecimento do lugar/espço da vida em sociedade e necessidade individual e coletiva da autoproteção, Maior centralidade na comunicação e atuação do SISDC com o PLAFE é necessária. A disseminação do PLAFE por tecnologias educacionais por meio de TIC é propriamente condensada no espaço de interação do próprio SISDC. Dessa forma a vinculação de obrigatoriedade de elaboração para concessão de licenças e alvarás em estabelecimentos de negócios e indústrias é uma opção a ser considerada no desenho da política. |
| Joaçaba   | A realização de campanhas ganha outras potencialidades quando associadas a Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, o que possibilita ferramentas de mobilização menos onerosos e dependentes de recursos. Como o SISDC tem três estágios de alertas para a preparação a resposta de desastre, a ativação dos PLAFE para a fase de resposta por ser vinculada ao monitoramento integrado do SISDC aos estágios de atenção. Tanto atividades e ações voltadas a campanhas de mobilização como recursos educacionais para conscientização e compreensão sobre a autoproteção individual, familiar e coletiva são potencializadas se utilizada à própria plataforma SISDC e tecnologias associadas.  |

As sugestões avançadas são várias e constituem uma boa base para a atuação nos municípios, em relação aos PLAFE.

Em suma, concluídas as capacitações, ficou nos pesquisadores uma ideia de que o padrão geral de reação dos grupos de trabalho é o de avaliar os PLAFE como importantes, mas também de que há vários requisitos a serem mais bem debatidos para adequação ao contexto catarinense. O instrumento foi percebido como um direcionador na mudança de paradigmas quanto ao comportamento e cultura em redução de riscos e desastres. Sobretudo, ao nos considerarmos em uma sociedade de riscos e desastres permanentes e emergentes de maneira ampla – acidificação e poluição difusa dos oceanos, perda da integridade da biosfera, acirramento de

conflitos socioambientais, ultrapassagem dos limites seguros de condições da vida no sistema.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De tudo o que foi dito, e tomando com referência nossas questões de pesquisa e objetivos, pode afirmar-se que:

1. Nas quatro oficinas regionais de capacitação consideradas houve uma opinião unânime quanto á importância e viabilidade dos PLAFE.

2. Contudo, em todas as regionais, foram salientadas reais dificuldade para sua implementação, entre as quais se destacam a não compreensão pelas famílias da importância do PLAFE e dificuldades de sua aceitação, em parte devido à sua diversidade cultural de tradição e a falta de cultura preventiva.

3. Várias sugestões de superação de dificuldades e outras foram avançadas podendo, porém, considerar-se que, independentemente, das variações, se configura a necessidade de traçar uma política pública de âmbito estadual/municipal que permita uma abordagem apoiada e continuada desta questão. Ela tipifica uma mudança cultural profunda no que se refere a: privilégio da prevenção; consciência da importância da autoproteção; superação de paradigmas inerentes à ideia de paternalismo estatal; superação de tradições culturais conservadoras enraizadas.

4. As escolas e as crianças parecem apresentar-se como um domínio privilegiado de atuação no que aos PLAFE se refere.

5. Torna-se, pois, muito importante que o modelo de PLAFE a integrar no SISDC contemple e contribua para a superação das dificuldades identificadas. Assim, ele deve oferecer oportunidades de alguma diferenciação cultural e territorial e ser acompanhado de um conjunto de materiais e ações que promovam sua importância e viabilidade.

6. É importante potencializar a utilização dos PLAFE em políticas estaduais e municipais de RRD como mecanismos de garantia de efetividade e de geração de mudança cultural na sociedade em longo prazo.

**EMERGENCY FAMILY PLANS:  
INITIATIVES IN PROGRESS IN SANTA CATARINA**

**ABSTRACT**

This article deals with the development, application, analysis and understanding of the Emergency Family Plans (PLAFE), developed under the Municipal Instruments of Risk Reduction and Disasters Project (IMUN) and disseminated during the training sessions held at the Regional Civil Defense Coordination State of Santa Catarina - COREDE's de Maravilha, Chapecó, Concordia and Joaçaba. After a brief discussion, under policies and instruments in DRR, related to theoretical, conceptual and normative aspects, we analyze the PLAFE from the participants' speech regarding the following dimensions: feasibility, importance, difficulties and optimizations. In the discussion, summary tables are presented elaborated from the analysis and reflection on the challenges associated to the process of effective policies in DRR.

**Keywords:** Emergency Family Plans. Municipal Policies in Risk and Disaster Reduction. Self-protection.

**REFERÊNCIAS**

ALBINO, Lisangela; FREITAS, Mario J. C. C. **Do Desastre à Reconstrução: estudo de caso do Município de Ilhota**, Anais: **II Workshop Internacional de História do Ambiente**: desastres ambientais e sustentabilidade e Gisday. 2011.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

ECUADOR, S. T. **Plan Familiar de Emergencias**. s.d.: COEN.

FERREIRA Débora; ALBINO Lisangela; FREITAS Mario Jorge Cardoso Coelho. **Participação Popular na Prevenção e Enfrentamento de Desastres Ambientais: Resultado de um Estudo Piloto em Santa Catarina, Brasil**. Revista Geográfica de América Central - **EGAL**, Costa Rica, 2011.

FERREIRA, Débora; ALBINO, Lisangela; FREITAS, Mário **Mapeamento participativo para a gestão de risco de desastres**. Região dos Baús, Ilhota, SC. REVISTA BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA (IMPRESSO). , v.69, p.713 - 730, 2018.

FREITAS; Mário. **Prevenção, Mitigação e Preparação**. Palhoça: Unisul, 2016

FREITAS; Mário; KAETSU, Patricia. **A gestão dos recursos hídricos e da estiagem no Oeste Catarinense: contribuição para uma análise sistêmica complexa**. Labor / Engenharia, vol. 4, , p. 34-50, out.-dez, 2015,

GUIVANT, Julia; MACNAGHTEN, Philip. **O mito do consenso**: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica. Campinas, Ambiente & Sociedade, v. XIV, n. 2, p. 89 -104, jul.-dez. 2011.

GUTIERREZ Gustavo Luis. **Participação e Escola**.Acervo digital UNIVESP, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2004.

LAVELL, Allan. Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano. Problemas y conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. In:

FERNANDES, M.A. (Compiladora) **Ciudades en riesgo**: degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres en América Latina, 1996.

LAVELL, Allan. **La gestión de los desastres (1): Hipótesis, concepto y teoría**. Lima, PE. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina (La Red). Facultad Latino americana de Ciencias Sociales (FLACSO). Intermediate Technology Development Group (ITDG), 1996. Disponivelem <http://cidbimena.desastres.hn/docum/crid/Mayo2006/pdf/spa/doc8380/doc8380-b.pdf>. Acesso em 05.abr.2018.

MARANDOLA, Eduardo. **Habitar em Risco**: mobilidade e vulnerabilidade metropolitana. São Paulo: Ed Edgard Blucher, Lda, 2014.

MASKREY, A. Mitigación popular. In: R. d. LA RED, Los desastres no son naturales. pp. 93-110, 1993.

PORTELLA, S.; OLIVEIRA, S.; VALENCIO, N.; NUNES, J. Da “Ponte Sobre Águas Turbulentas” à Reinvenção do “Homem Lento”: reflexões sobre assimetrias de saber e desastres. In: **Ciência & Trópico**, vol. 40, n 1. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

ROMERO, H., & MENDONÇA, M. Amenazas naturales y evaluación subjetiva. En la construcción de lavulnerabilidad social ante desastres naturales en Chile. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERthesis**, 09, Número 01, 127-189, 2012.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis., v. 7, n. esp p. 379-401, jun. 2018.

TENÓRIO Fernando Guilherme; COSTA Frederico Lustosa. **Bases Conceituais e Metodológicas para o Estudo da Participação Cidadã na Gestão Pública: Entre Práticas e Representações Sociais.** Cadernos EBAP nº 93- Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999.

UNISDR. 2015:[http://www1.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1398/traduzido\\_unisdr\\_\\_\\_novo\\_sendai\\_framework\\_for\\_disaster\\_risk\\_reduction\\_2015\\_2030\\_\\_portugues\\_\\_versao\\_31mai2015.pdf](http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1398/traduzido_unisdr___novo_sendai_framework_for_disaster_risk_reduction_2015_2030__portugues__versao_31mai2015.pdf). Acesso em 12.abr.2018.

UNISDR. **Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres:2015-2030.** 2015.

SANTOS Ailton Dias dos; GAMA Ana Maria Cardoso de Freitas; FARIA Andrea Alice C.; SOUZA, Josinaldo Aleixo de; MELO Lidiane Rocha O.; CHAVES Miriam Barbuda F. & FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **Metodologias Participativas caminhos para o Fortalecimento de espaços públicos socioambientais.** São Paulo: Petrópolis, 2005.